

## POLÍTICA DE REMOÇÃO E ESTIGMA DO FAVELADO NO REGIME AUTORITÁRIO (1960/70).

LAERCIO GOMES RODRIGUES<sup>1</sup>

### RESUMO

Neste trabalho, à luz da história, objetiva-se analisar a manipulação do estigma do favelado que acompanhou os moradores transferidos das favelas e inseridos em conjuntos populares, construídos pelo Estado nas décadas de 1960/70. No Rio de Janeiro o Estado implementou uma política de remoção expressamente autoritária contra os moradores das favelas, e para isso tratou de explorar ao máximo, a imagem negativa do favelado para alcançar seus propósitos. A referência ao antigo lugar de moradia, a favela, repercutiu como uma marca desabonadora e extremamente negativa que norteou a relação entre esses moradores e os agentes públicos, como também baseou as inter-relações sociais envolvendo os moradores desses conjuntos habitacionais e os moradores situados nas intermediações de tais empreendimentos.

Palavras-chave: conjuntos habitacionais; política de remoção; estigma de favelado.

### 1 INTRODUÇÃO

As favelas foram reconhecidas oficialmente como uma realidade na década de 1930 por meio do Plano Agache (1927-1930) e do Código de Obras (1937). Através desses documentos elas configuraram como um lugar da informalidade, algo que deveria ser banida do tecido urbano, prevaleceu uma imagem da favela associada à imoralidade e contaminação.

Durante o Estado Novo essas concepções sutilmente foram alteradas, o favelado passou a ser conjugado dentro da ideologia do “novo homem”, como alguém que precisavam ser moldado à civilidade, e para isso, a moradia cumpriria um papel elementar para o êxito desse empreendimento. Assim, não bastava retirá-los das favelas, era necessário educar esses homens e mulheres. Assim, o Estado esboça a primeira experiência de moradia destinada ao morador da favela – os parques proletários.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestrando em Desenvolvimento Urbano, bolsista do CNPq.

Essa experiência, mesmo que não exitosa, possibilitou uma articulação, isto é, um canal de comunicação entre moradores das favelas, por meio das associações de moradores, e os agentes do Estado<sup>2</sup>, contra a universalização da política dos parques proletários, uma vez que esses não eram em nada atrativos (BURGOS, 2006).

Nas décadas de 1960/70, em pleno governo autoritário, as experiências organizativas dos moradores das favelas sofre um forte desmonte. Antigos pressupostos são retomados, as favelas foram vistas como um mal extremamente prejudicial à cidade. A imagem dos moradores das favelas também foi prejudicada, esse deixa de ser uma alma a ser civilizada a passa a ser interpretado como alguém que precisava ser recolocado à sociedade, mas tal integração se daria por uma única formula – a remoção das favelas. A política de remoção fomentou o mercado de produção habitacional em larga escala. O Estado também tratou de explorar a imagem do favelado como alguém com menor valor humano, estigmatizando-o. A manipulação do estigma do favelado aparece como um mecanismo ideológico que permitira aos agentes públicos a agir autoritariamente, alargando a segregação habitacional no Rio de Janeiro.

## 2 POLÍTICA DE REMOÇÃO: A FACE REPRESSORA DO ESTADO CONTRA OS FAVELADOS.

Durante a década de 1960, por meio da remoção das favelas, o Estado executou uma forte política segregacionista com visíveis impactos na espacialidade urbana. Os favelados foram retirados de áreas consideradas privilegiadas, como o Centro e a Zona Sul, e colocados nas periferias que além de distantes da área central e de seus locais de trabalho, não contavam com serviços e equipamentos públicos, considerados vazios na periferia (BRUM, 2012).

A remoção das favelas encontrou no Golpe de 1964 um terreno fértil para sua dinamização. Para demonstrar seu poder e ao mesmo tempo desestabilizar qualquer ato

---

<sup>2</sup> Ainda que a maioria dos moradores das favelas fosse analfabeta, e por essa razão eram impedidos de participar do jogo democrático por meio do voto, ainda assim, esses atores sociais (e históricos) conseguiram articular uma agenda de reivindicação de direitos concernentes a melhorias de infraestruturas junto às instituições do Estado (BURGOS, 2006).

contrário a seus interesses, o Estado lançou mão de seu aparelho repressor, pondo soldados munidos de armas em contato com os moradores das favelas (BURGOS, 2006). Com isso o Estado deixou explícito que a face exposta a essa população assumira contornos repressivos e tirânicos.

Instituições a serviço do Estado e que já trabalhavam junto aos favelados ampliaram seu papel controlador e alteraram suas ações e discursos, como exemplo, a Fundação Leão XIII<sup>3</sup> passou a pautar sua ação numa leitura que recuperou os postulados de outrora em relação à favela, julgando-a “como o lugar do vício e da promiscuidade ‘refúgio de criminosos’” (BURGOS, 2006: 34).

As noções a respeito da favela são recolocadas, retomam-se as ideias de um lugar contaminado, impuro, um mal a ser limado. É o que expõe Parisse:

*A cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública. Estas expressões encontram-se em todos os jornais, sob a pena de jornalistas, professores, intelectuais, quer eles exprimam suas hostilidade à favela, ou declarem seus bons sentimentos, suas boas intenções (PARISSE, 1969:16-17 apud VALLADARES, 1978: 22).*

Rompeu-se com um processo embrionário da identidade do favelado que vinha se costurando nos anos anteriores, como também sustou as experiências de diálogo e de participação das representações políticas dos favelados que se davam através das associações de moradores.

Um exemplo dá tônica autoritária ocorreu em janeiro de 1964 com a remoção da favela do Pasmado, situada numa área valorizada de Botafogo e com vistas para a paisagem da Baía da Guanabara. A eliminação dessa favela foi acompanhada pela força policial e por incêndios dos barracões, a mensagem por detrás do ato estava clara – uma nova etapa se rompia (BRUM, 2012; BURGOS, 2006).

---

<sup>3</sup> Fundação Leão XIII - criado com a função de ofertar assistência material e moral aos moradores das favelas. Esse organismo atuava tanto em nome do Estado quanto da Igreja com propósito de controlar os favelados. Entre os anos de 1946 a 1960 foram criadas outras instituições com propósitos semelhantes em relação ao controle dessa população pelo Estado, como o Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA), sem aludir às medidas de melhorias desses lugares, como exemplo o Serviço de Recuperação de Favelas – todas com vistas a controlar seus moradores (BURGOS, 2006; BRUM, 2012; VALLADARES, 1978).

De acordo com Brum (2012), entre janeiro de 1964 a julho de 1965, 4.800 famílias foram retiradas de seus lares. A tabela abaixo identifica as remoções que ocorreram no ano de 1964. Dados da COHAB indicam que, durante a gestão Carlos Lacerda (1961/1965), 6.290 famílias foram retiradas das favelas de onde moravam.

**Tabela 02:** favelas removidas x famílias atingidas pelas remoções em 1964

<b>Favelas removidas integralmente</b>	<b>Quantidade de famílias Atingidas</b>
Pasmado	911
Getúlio Vargas	113
Maria Angu	460
João Candido	665
Maneta	41
Vila do Sase	-
<b>Favelas removidas parcialmente</b>	<b>Quantidade de famílias Atingidas</b>
Conjunto São José	20
Macedo Sobrinho	14
Del Castilho	9
Marquês de São Vicente	32
Ladeira dos Funcionários	8
<b>Total geral</b>	<b>2.273</b>

Fonte: Brum (2012). Adaptações do autor.

Tal política “remocionista” fora acompanhada de um discurso “integrador” dos favelados, mas tal “inserção” ocorreria somente pela via da remoção. Tal visão recebeu aval da imprensa que tratou de dinamizá-la para a sociedade mais ampla. Pelos canais de comunicação, transmitiu-se “uma conceituação estigmatizada do favelado, qualificado como parasita do Estado, marginal, que precisa ser eliminado do espaço em que se encontra e replantado em outras áreas distantes, não visíveis” (VALLADARES, 1978: 33).

A eliminação da favela também interessava ao mercado imobiliário, pois seria necessário construir, em larga escala, moradias populares que atendessem os removidos. Nessa conjuntura foi criado o Banco Nacional de Habitação (BHN), em 1964, com o objetivo

de financiar a construção de moradias a nível nacional. O BNH passou a receber, em 1967, parte dos créditos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). E, partir de 1968, quando o BNH passou a acessar esses créditos financeiros, a COHAB, contando com tais recursos, avolumou a construção de conjuntos habitacionais (VALLADADES, 1978).

No período de 1966 a 1970, a COHAB financiou 75.226 unidades habitacionais. Conforme Valladares (1978), esses empreendimentos dinamizaram o setor imobiliário no Rio de Janeiro que buscaram maximização dos lucros, por meio de construções em série. Como se tratava de moradia de baixo custo, o setor da construção civil fez uso de materiais de baixa qualidade, o que acabou por baratear ainda mais o empreendimento e ampliar o retorno financeiro. No que refere aos produtos em si, estes não demoraram a apresentar defeitos e precariedades em suas condições construtivas, como rachaduras e comprometimento estrutural, alguns foram condenados completamente<sup>4</sup>.

A utilização de materiais de baixa qualidade também tem relação com público a quem as moradias se destinavam, os moradores das favelas. Certamente o setor da construção buscava ampliar o retorno financeiro, e sabia que o produto até poderia apresentar falhas, uma vez que os seus destinatários, isto é, os que habitariam nesses conjuntos populares, eram pessoas de menor valor. Em certa medida a imagem deteriorada do favelado também pesou na qualidade do produto a eles direcionado.

Retomando a discussão, em 1968 acirrou-se ainda mais a política de remoção das favelas, foi criada a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) com intuito de “ditar uma política única de favela, comum ao Governo Federal, ao então Estado da Guanabara e ao Estado do Rio de Janeiro: uma política de extermínio das favelas” (VALLADARES, 1978: 29).

A CHISAM, por sua vez, interpretava a favela como uma deformidade no espaço urbano, cujos moradores eram alienados da sociedade justamente por não contar com uma

---

<sup>4</sup> Valladares (1978) cita o exemplo do habitacional Manguinhos que em 1972 apresentava comprometimento em sua estrutura; engenheiros acreditavam que não era possível salvar esse empreendimento. Apesar de a COHAB fiscalizar, ainda assim, era difícil controlar essa produção e mensurar sua qualidade.

habitação adequada. Esses moradores não poderiam usufruir de serviços públicos, pois não pagavam impostos. E por isso mesmo essas pessoas necessitavam de uma reabilitação de ordem social, moral econômica e também sanitária. O remédio viria pela erradicação das favelas cujas famílias seriam transferidas para os conjuntos populares compulsoriamente (BURGOS, 2006; VALLADARES, 1978).

De acordo com Burgos (2006), o período das remoções das favelas, especialmente entre os anos de 1968 a 1975, demarca um dos momentos mais dramáticos e sangrentos da história do Estado brasileiro no que se refere à política de repressão e de exclusão tendo como palco à moradia popular.

Diversas organizações de moradores deixaram de representar os favelados e passaram a atuar em nome do Estado. Isso foi possível num cenário de terror impetrado nas favelas removidas, como também no aparelhamento das associações de moradores e pelo desaparecimento de líderes dessas associações. Ainda assim, muitas associações conseguiram fazer frente a essa política, isso explica, por exemplo, a não eliminação de 52 favelas em bairros valorizados, como Copacabana e Tijuca (BURGOS, 2006).

Para Burgos (2006), a política de remoção começou a enfraquecer a partir de 1972, mas se esvaziou em 1975, isso porque o BNH deslocou a sua capacidade de investir para outro público-alvo, passando a atuar em projetos de financiamento de habitação voltados para as classes alta e média. Uma das razões para a cessão da política “remocionista” seria o alcance do objetivo – retirar os favelados de áreas de grande interesse imobiliário.

Além disso, parece relevante supor que também a essa altura já não restava uma base organizativa consolidada dos moradores das favelas, assim justificava-se a suspensão da remoção. E da mesma maneira que ocorrera com líderes partidários e de sindicatos, os líderes das organizações das favelas também sofreram com as práticas de torturas e assassinatos levadas a cabo pelo sistema autoritário (BURGOS, 2006). Somam-se a isso o fato de que

*a própria identidade coletiva dos excluídos, baseada na condição de favelado, parecia ter sido fragmentada pela presença de uma nova categoria de excluídos: o morador de conjunto habitacional. Nesse caso, entretanto, logo ficava evidente que a condição de habitante de uma casa equipada com infraestrutura oficial e cuja propriedade é formalmente reconhecida pelo poder público não basta para conferir*

*um status diferenciado, ao menos no que se refere à sua cultura política. Até porque, aos poucos, esse novo espaço, ocupado por homens e mulheres oriundos de diversas favelas, vai sendo simbolicamente reapropriado, dando lugar a novas identidades, herdando das favelas não apenas sua sociabilidade, mas também a mesma distância em relação ao Estado e à institucionalidade política (BURGOS, 2006: 38, grifo nosso).*

A herança de favelado ou oriundo das favelas acompanhou os moradores dos conjuntos populares como uma marca desabonadora, um estigma que permeou as inter-relações sociais, quer seja com os agentes públicos quer seja com outros moradores dos bairros onde foram construídos esses empreendimentos.

Como exemplo, o Jornal do Brasil de 1979 expunha a matéria “Cruzada São Sebastião abriga 70% dos crimes da Zona Sul”, e esse dado teria sido informado pela polícia. Nessa matéria é possível fazer uma leitura a respeito das intempéries vividas pelos moradores do conjunto popular, este forjado numa favela, além dos entraves que tal conjunto habitacional provocara aos bairros circunvizinhos, como a queixa dos moradores com poder aquisitivo, contra a permanência do conjunto popular, cujos problemas de ordem social são alarmantes e sem aparente solução (BRUM, 2012: 89).

De acordo com Brum (2012), a noção do estigma de favelado foi explorada ao máximo durante a execução da remoção, e isso viabilizou ao Estado a sistematização de tal política impetrada pelos organismos com alguma atribuição específica nas etapas dessas ações, desde a decisão de remover alguma favela à transferência para os conjuntos habitacionais.

O estudo de Linda Maria Gondim (1981) também revela a questão do estigma cujas ramificações atingiram técnicos e políticos responsáveis pela implementação de políticas de habitação popular no Rio de Janeiro. Sua análise abrange os anos de 1962 a 1975 no qual constata que as práticas desses atores estavam eivadas de uma imagem pejorativa a respeito do favelado. Em seus discursos e práticas, justificavam a eliminação das favelas. A autora constatou ainda que as ações estatais se davam de cima para baixo, sem nenhum canal de participação ou garantia de continuidade.

A remoção das favelas era encarada como ação legítima, parte da reestruturação do sistema urbano, especificamente porque os favelados eram tidos como marginais, assim sendo

facilmente descartáveis. Gondim (1981: 28) ressalta que, caso essa população fosse compreendida como trabalhadora, cidadã e detentora de direito, ela teria sido tratada de modo completamente diferente. Entretanto, encarada como marginais, “não tinham direitos ou exigências a fazer ao sistema, sendo, portanto, mais fáceis de manipular”.

As bases ideológicas das ações de técnicos e políticos ligados aos programas de habitação popular, como no caso acima mencionado, assim como, as inter-relações sociais entre moradores dos conjuntos populares e os residentes nas intermediações dos conjuntos populares, não raramente estigmatizam àqueles (tidos como favela e favelados).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve relato, verificou-se que a da política de remoção, implementada nas décadas de 1960/70, se utilizou de recursos ideológicos para alcançar seus objetivos, assim, os agentes estatais trataram de utilizar a imagem estigmatizada do morador das favelas, tal recurso concorreu para a implementação de seus ideais segregacionistas. O tecido urbano passou a espelhar mais nitidamente a apartação de classes sociais no Rio de Janeiro. Expurgados para longe do centro da cidade, esses moradores passaram a morar em bairros distantes, sem contar com infraestrutura. Nos conjuntos habitacionais esses moradores encontraram um ambiente marcado pela hostilidade, pois suas inter-relações estavam impregnadas pela imagem deteriorada de provenientes das favelas, configurando em um estigma.

### REFERENCIAS

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba (orgs). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 5ª ed, 2006.

BRUM, Mário. **Cidade Alta**: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.

GONDIM, Linda Maria. A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 12/13, n.1/2, 1981/1982.





VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de faveladas do Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.